

ENVELHECIMENTO FUNCIONAL E APOSENTADORIA NO SERVIÇO PÚBLICO EDUCACIONAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Arony Silva Cruz Paiva¹.

¹Instituto Federal do Maranhão (IFMA), São Luís, Maranhão.

<http://lattes.cnpq.br/9215063360045640>

ÁREA TEMÁTICA: Desenvolvimento Profissional e Carreira dos TAEs

RESUMO: O presente estudo analisa os desafios contemporâneos relacionados ao envelhecimento funcional, à saúde mental e à aposentadoria no serviço público educacional, com ênfase na necessidade de políticas institucionais humanizadas voltadas à valorização humana e à continuidade simbólica do pertencimento institucional. Fundamentado em referenciais interdisciplinares do Serviço Social, da Gerontologia Social, da Psicologia Social e da Educação, o estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. Os resultados evidenciam lacunas persistentes no acolhimento emocional, na escuta qualificada e na valorização dos saberes acumulados pelos servidores em processo de transição pós-carreira, bem como a prevalência de etarismo e invisibilização institucional que contribuem para sofrimento psíquico e ruptura identitária. Conclui-se que a aposentadoria não deve ser compreendida como encerramento da utilidade social do trabalhador, mas como etapa legítima da trajetória humana, exigindo políticas de cuidado integral, valorização da memória institucional, fortalecimento intergeracional e promoção da saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Aposentadoria. Memória institucional. Saúde mental.

FUNCTIONAL AGING AND RETIREMENT IN PUBLIC EDUCATIONAL SERVICE: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

ABSTRACT: This study analyzes the contemporary challenges related to functional aging, mental health, and retirement in public educational service, emphasizing the need for humanized institutional policies aimed at human valuation and the symbolic continuity of institutional belonging. Grounded in interdisciplinary frameworks from Social Work, Social Gerontology, Social Psychology, and Education, it is characterized as qualitative, exploratory, bibliographic, and documentary research. The results reveal persistent gaps in emotional reception and the valuation of knowledge accumulated by civil servants in career

transition, as well as the prevalence of ageism and institutional invisibility that contribute to psychological distress and identity rupture. It is concluded that retirement should not be understood as the end of the worker's social utility, but as a legitimate stage of the human trajectory, requiring policies of integral care, institutional memory valuation, intergenerational strengthening, and mental health promotion.

KEYWORDS: Retirement. Institutional memory. Mental health.

INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas do mundo do trabalho têm produzido impactos significativos sobre as formas de pertencimento institucional, reconhecimento social e construção identitária dos trabalhadores. No serviço público educacional, tais mudanças tornam-se ainda mais complexas diante do envelhecimento progressivo do quadro funcional, das reformas previdenciárias e das novas exigências produtivistas que atravessam as instituições públicas de ensino.

A aposentadoria deixa de representar apenas um procedimento administrativo vinculado ao encerramento da vida laboral e passa a constituir um processo profundamente humano, atravessado por dimensões emocionais, sociais, econômicas, existenciais e institucionais. Conforme Beauvoir (1990), a velhice não pode ser compreendida apenas como fenômeno biológico, mas como construção social historicamente marcada por invisibilizações, perdas simbólicas e redefinições de lugar social.

Arendt (2007) destaca que o trabalho participa diretamente da constituição da condição humana, organizando pertencimentos, sentidos e experiências coletivas. Assim, o desligamento funcional frequentemente produz rupturas subjetivas relevantes, especialmente quando não há políticas institucionais voltadas ao acolhimento emocional e à preparação para a aposentadoria. Dejours (2015) afirma que o sofrimento psíquico relacionado ao trabalho emerge, sobretudo, da ausência de reconhecimento institucional. Em sociedades marcadas pela lógica da produtividade permanente, como observa Han (2017), o sujeito tende a ser reduzido à capacidade de desempenho, intensificando sentimentos de inutilidade e invisibilidade durante o envelhecimento funcional.

No campo das políticas públicas, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005) compreende o envelhecimento ativo como processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança ao longo da vida. Apesar dos avanços normativos, a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8.842/1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), muitas Instituições Federais de Ensino (IFEs) ainda apresentam fragilidades relacionadas ao acolhimento dos servidores em fase de pré-aposentadoria, especialmente no que se refere à saúde mental, à escuta institucional e à preservação da memória organizacional.

OBJETIVO

Analisar os desafios contemporâneos relacionados ao envelhecimento funcional, à saúde mental e à aposentadoria no serviço público educacional, demonstrando a necessidade de construção de políticas institucionais humanizadas, interdisciplinares e intergeracionais que promovam saúde mental, pertencimento simbólico e valorização das trajetórias profissionais dos servidores em processo de transição pós-carreira.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, fundamentada na análise crítica das relações entre envelhecimento funcional, aposentadoria, saúde mental e gestão humanizada no serviço público educacional. A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar compreensão aprofundada das dimensões subjetivas, sociais, institucionais e simbólicas que atravessam a experiência da aposentadoria. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa permite interpretar significados, experiências e relações humanas que não podem ser reduzidos a dados estritamente quantitativos.

A análise documental abrangeu: (a) legislação e normativas, como a Constituição Federal de 1988, Lei n.º 8.112/1990, Lei n.º 8.842/1994, Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), Decreto n.º 9.991/2019 e Portaria MEC n.º 12/2018; e (b) experiências institucionais, incluindo notícias, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), Planos de Desenvolvimento de Pessoas (PDPs) e documentos publicados por Institutos Federais (IFEs) e Universidades Federais (UFs), com destaque para os casos do IFSP, IF Goiano, IFRN e IFMG/UFMG.

A fundamentação bibliográfica abrange obras clássicas e contemporâneas de Dejours, Antunes, Beauvoir, Bosi, Morin, Honneth, Freire, Han, Santos e Iamamoto. Os dados foram organizados em eixos temáticos: identidade profissional, sofrimento psíquico, reconhecimento institucional, políticas de cuidado, transmissão intergeracional e responsabilidade institucional. Reconhece-se como limitação a ausência de entrevistas diretas com servidores, o que impede generalizações empíricas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Envelhecimento funcional e identidade no serviço público educacional

O trabalho ocupa posição central na constituição da identidade humana e das formas de inserção social. No serviço público educacional, professores, técnicos administrativos e demais servidores constroem trajetórias profundamente atravessadas por vínculos afetivos, experiências institucionais e relações intergeracionais. Dejours (2015) argumenta que o reconhecimento social no trabalho, em suas dimensões econômicas e simbólica, constitui

elemento essencial para a saúde mental; quando o vínculo institucional se fragiliza sem preparação emocional adequada, emergem sentimentos de perda identitária, insegurança e sofrimento psíquico.

O etarismo institucional constitui uma das expressões contemporâneas mais relevantes da discriminação no mundo do trabalho. Beauvoir (1990) afirma que a velhice é frequentemente percebida como sinônimo de perda, inutilidade e improdutividade. Honneth (2003) argumenta que o reconhecimento social constitui necessidade fundamental para a construção da identidade humana; sua ausência nas instituições provoca importante fragilização subjetiva dos trabalhadores envelhecidos. Bosi (1994) ressalta que a memória dos sujeitos mais velhos representa patrimônio coletivo e histórico que, quando negligenciado pelas organizações, produz sofrimento simbólico relevante.

Aposentadoria, saúde mental e sofrimento psíquico

A aposentadoria constitui uma das transições mais significativas da vida adulta contemporânea. Frankl (2019) argumenta que os seres humanos necessitam perceber significado em suas experiências para manter equilíbrio emocional e existencial; a perda repentina do trabalho pode precipitar crises existenciais de difícil superação sem suporte adequado. Han (2017) sinaliza que a lógica contemporânea do desempenho produz invisibilização daqueles considerados menos produtivos, aprofundando as vulnerabilidades emocionais dos trabalhadores em transição pós-carreira.

A humanização institucional pressupõe reconhecer os sujeitos para além de suas funções produtivas. Freire (1996) afirma que toda prática verdadeiramente humanizadora exige diálogo, escuta e reconhecimento do outro enquanto sujeito histórico e social. Morin (2015) complementa ao argumentar que as organizações contemporâneas precisam superar modelos fragmentados e mecanicistas de gestão, reconhecendo a complexidade das relações humanas como dimensão estratégica da vida institucional.

Programas institucionais de preparação para aposentadoria

Acrescente ampliação do envelhecimento funcional nas IFEs evidencia a necessidade urgente de políticas institucionais permanentes voltadas à preparação para aposentadoria e à promoção da saúde integral dos trabalhadores. França (2008) afirma que programas de preparação para aposentadoria contribuem significativamente para a redução da ansiedade, o fortalecimento emocional e a reconstrução de projetos de vida pós-carreira. No contexto das IFEs brasileiras, o Quadro 1 sistematiza as experiências mais relevantes identificadas na pesquisa documental.

Quadro 1 – Programas de preparação para aposentadoria em Instituições Federais de Ensino (2021–2026).

Instituição	Programa	Principais Ações	Ano	Características
IFSP – Instituto Federal de São Paulo	Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA)	Pesquisa de interesse; oficinas de planejamento; alinhamento ao PDI	2023	Comissão interdepartamental; caráter interdisciplinar
IF Goiano / IFG	Programa Bem Viver (SIASS)	Workshops de reflexão, saúde do idoso, fortalecimento de rede de apoio	2021	Parceria IF Goiano/ IFG; encontros periódicos
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Curso AposentAção	8 encontros: família, tecnologia, saúde, legados e vida pós-carreira	2025	Escuta qualificada; grupos de convivência (Café e Prosa)
IFMG / UFMG – parceria interinstitucional	Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA)	6 encontros presenciais com psicólogos; dinâmicas de grupo	2026	Suporte psicossocial; planejamento de vida

Fonte: elaborado pela autora com base em portais institucionais (IFSP, 2023; IF Goiano, 2021; IFRN, 2025; IFMG/UFMG, 2026).

Esses casos demonstram que, onde iniciativas humanizadas foram implantadas, servidores relatam maior segurança psicológica, melhor planejamento financeiro e fortalecimento emocional diante da transição pós-carreira. No entanto, a análise do conjunto das IFEs revela que tais iniciativas ainda são exceção: a maioria das instituições dispõe apenas de orientações previdenciárias pontuais, sem Programa de Preparação para Aposentadoria estruturado e permanente integrado ao Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Gestão do conhecimento, transmissão intergeracional e responsabilidade institucional

O envelhecimento funcional suscita reflexões fundamentais sobre a preservação da memória institucional. Bosi (1994) destaca que os trabalhadores mais velhos são portadores de uma experiência coletiva e histórica que ultrapassa registros formais e constitui patrimônio humano estratégico para a continuidade institucional. Honneth (2003) lembra que o reconhecimento social também vem do respeito às competências acumuladas; valorizar publicamente um servidor aposentado como mentor restaura sua autoestima e fortalece o pertencimento institucional.

Santos (2007) afirma que políticas justas reconhecem diferenças e ampliam participação social. No Brasil, a Constituição de 1988, a Lei n.º 8.842/1994, o Estatuto da Pessoa Idosa (2003) e o Decreto n.º 9.991/2019 formam arcabouço normativo robusto que, contudo, ainda encontra dificuldades de implementação concreta nas IFEs. Iamamoto (2008) lembra que a falta de programas humanizados de envelhecimento funcional revela os limites das gestões tradicionais de trabalho e a necessidade de transformação das

culturas organizacionais.

Com base nos resultados, propõem-se seis eixos de ação para as IFEs: (1) formalização de Programa Permanente de Preparação para Aposentadoria integrado ao PDI e ao PDP; (2) criação de Banco de Talentos de Servidores Seniores; (3) implementação de Programas de Mentoria Intergeracional; (4) criação de Grupos Permanentes de Apoio Psicossocial; (5) realização de Semana Anual de Imersão para Pré-Aposentadoria; e (6) desenvolvimento de Conteúdo Digital Educativo sobre aposentadoria e saúde do servidor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou os desafios do envelhecimento funcional, da saúde mental e da aposentadoria no serviço público educacional brasileiro, demonstrando que a aposentadoria não é apenas um encerramento burocrático, mas um processo vivenciado social e emocionalmente, que exige da instituição postura ativa de cuidado, reconhecimento e suporte.

Os resultados evidenciaram que muitos servidores enfrentam processos de invisibilidade institucional, fragilização do reconhecimento simbólico e sofrimento psíquico durante a transição pós-carreira. Ao mesmo tempo, as experiências analisadas em Institutos Federais e Universidades Federais brasileiras demonstram que práticas humanizadas, como programas permanentes de preparação para aposentadoria, acompanhamento psicossocial, mentorias intergeracionais e espaços qualificados de escuta, podem mitigar significativamente esses efeitos negativos, promovendo saúde mental, pertencimento e reconstrução positiva de projetos de vida.

Em síntese, o envelhecimento funcional, longe de significar perda de valor social, deve ser encarado como fase de transição respaldada por reconhecimento e cuidado contínuos. Humanizar as políticas de gestão de pessoas no âmbito das IFEs significa reconhecer que os servidores carregam histórias, memórias, competências e trajetórias que permanecem socialmente relevantes mesmo após o encerramento formal da vida laboral, pois a instituição permanece, assim como a participação simbólica de todos que contribuíram para construí-la.

REFERÊNCIAS

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS NORMATIVOS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do**

Idoso. Brasília, DF: Presidência da República, 1994.

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003. **Estatuto da Pessoa Idosa.** Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019. **Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal.** Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n.º 12, de 23 de janeiro de 2018. **Institui diretrizes gerais para promoção de ações de preparação para aposentadoria nas instituições federais de ensino.** Brasília, DF: MEC, 2018.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS E CIENTÍFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DEBERT, Guita Grin. **Areinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** São Paulo: EDUSP, 2004.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. **Aposentadoria: bem-estar psicológico e social.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração.** 52. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 63. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Editora 34, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. ed.

Petrópolis: Vozes, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NERI, Anita Liberalesso. **Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar**. Campinas: Alínea, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: OPAS/OMS, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global report on ageism**. Geneva: World Health Organization, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; SOARES, Dulce Helena Penna. **Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

REFERÊNCIAS INSTITUCIONAIS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (IFSP). **Preparação para aposentadoria: programa para servidores**. São Paulo: IFSP, 2023.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IF Goiano). **Preparação para aposentadoria como uma das ações do Programa Bem Viver**. Goiânia: IF Goiano, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Curso de planejamento e orientação para a aposentadoria**. Natal: IFRN, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG). **Programa de preparação para aposentadoria**. Belo Horizonte: IFMG, 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). **Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA)**. Belo Horizonte: UFMG, 2026.